

A perempção no CPP

Descrição

A perempção no CPP (Código de Processo Penal) é uma causa de extinção da punibilidade que ocorre exclusivamente na **ação penal privada**, quando o querelante (quem move a ação) demonstra abandono ou desinteresse no processo. As principais hipóteses de perempção, conforme o artigo 60 do CPP, incluem a inércia do querelante por mais de 30 dias, o não comparecimento sem justificativa a um ato processual, o não pedido de condenação nas alegações finais, e a falta de sucessor após a morte ou incapacidade do querelante.

Situações que configuram perempção (Art. 60 do CPP)

- **Inércia prolongada:** O querelante deixa de promover o andamento do processo por mais de 30 dias seguidos.
- **Abandono em atos processuais:** O querelante deixa de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo em que deva estar presente.
- **Falta de pedido de condenação:** O querelante deixa de pedir a condenação do acusado nas alegações finais.
- **Morte ou incapacidade do querelante:** Se o querelante falecer ou ficar mentalmente incapaz, nenhum dos seus sucessores (cônjuge, descendentes, ascendentes ou irmãos) comparece em juízo para prosseguir com a ação no prazo de 60 dias a partir do fato.
- **Extinção de pessoa jurídica:** Se a pessoa jurídica que moveu a ação for extinta e não deixar sucessor.

Consequências da perempção

- A perempção resulta na **extinção da punibilidade** do querelado (acusado).
- É uma forma de extinção da punibilidade, assim como a prescrição e a decadência.

Importante

- A perempção só se aplica à **ação penal privada**, não à pública.
- O reconhecimento da perempção deve ser feito pelo juiz, que a declara de ofício.
- A intimação do advogado por meio do Diário de Justiça Eletrônico não é suficiente; é necessária a intimação pessoal do querelante para configurar a inércia.

Data de criação

10/23/2025

Autor

admin